

TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 065/2023

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MANHUAÇU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O HOSPITAL CÉSAR LEITE - HCL.

O MUNICÍPIO DE MANHUAÇU, por intermédio DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominada Administração Pública, com sede na Rua Mellin Abi-Ackel,600 – Bairro Todos os Santos – Manhuaçu/MG, inscrito no CNPJ/MF nº 18.385.088/0001-72, neste ato representado pela Secretária Municipal Saúde Ana Lígia de Assis, nomeado por meio da Portaria 06 publicada no Diário Oficial do Município de Manhuaçu em 04/01/2021, portadora do registro geral nº MG- 3.216.285 Órgão Expedidor SSP/MG e CPF nº 522.944.716-87, residente e domiciliado em Avenida das Nações Unidas nº 268 Bom Jardim– Manhuaçu/MG; e O Hospital César Leite -HCL, organização social, doravante denominada **OSC**, sediada na Praça Doutor César Leite, nº 383 Bairro Centro – Manhuaçu/MG, inscrita no CNPJ sob nº 22.263.081/0001-55 neste ato representada pelo seu Presidente, Sr.(a) Sebastião Onofre Carvalho, residente e domiciliado(a) na Rua Josias Breder, nº 95, Bairro Santo Antônio, Cidade de Manhuaçu/MG, CEP: 36.900-136, portador(a) da Carteira de Identidade nº M-18330461 Órgão Expedidor SSP/MG e CPF nº 068.727.516-49,

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Fomento**, decorrente da **Inexigibilidade de Chamamento Público n. 065/2023**, tendo em vista o que consta do Processo n. 008171/2023 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 089, de 30 de outubro de 2017, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem como objeto é pagamento de plantão médicos para a Unidade de Urgência e Emergência, visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Fomento será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2024, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

3.1.1 Mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto; e

3.1.2 De ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pelo Município de Manhuaçu (MG) no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), à conta da ação orçamentária **208001.1012240114.042 – 335043 – ficha 479** conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 A liberação do recurso financeiro da parcela de custeio se dará em 01(uma) única parcela, em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

5.1.1 houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

5.1.2 quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

5.2 A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos referentes a presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

6.1.1 Os recursos financeiros serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

6.1.2 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.2 Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho.

6.2.1 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.1 O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

7.2 Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

7.2.1 promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

7.2.2 prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

7.2.3 monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima Primeira;

7.2.4 comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

7.2.5 analisar os relatórios de execução do objeto e de execução financeira;

7.2.6 receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

7.2.7 designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

7.2.8 retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

7.2.9 assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

7.2.10 reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/2014;

7.2.11 prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014;

7.2.12 publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Fomento e do ato justificador de não realização de chamamento público;

7.2.13 divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

7.2.14 exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

7.2.15 informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

7.2.16 analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;

7.2.17 aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

8.1 Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

8.1.1 executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014;

8.1.2 zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

8.1.3 garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

8.1.4 manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

8.1.5 não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019/2014;

8.1.6 apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

8.1.7 executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

8.1.8 prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

8.1.9 responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

8.1.10 permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;



8.1.11 quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

8.1.11.1 utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

8.1.11.2 garantir sua guarda e manutenção;

8.1.11.3 comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

8.1.11.4 arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

8.1.11.5 em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

8.1.11.6 durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

8.1.12 por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014;

8.1.13 manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014;

8.1.14 manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

8.1.15 garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

8.1.16 observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

8.1.17 comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver;

8.1.18 divulgar na *internet* e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019/2014;

8.1.19 submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

8.1.20 responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019/2014;

8.1.21 responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

8.1.22 quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

9.1 Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

9.2 Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

10.1 A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública.

10.2 Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

10.3 Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

10.3.1 pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

10.3.2 incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

10.4 É vedado à OSC:

10.4.1 pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

10.4.2 contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Manhuaçu (MG), ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

10.4.3 pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

10.5 É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

11.1 A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

11.2 As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

11.3 No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

11.3.1 designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014);

11.3.2 designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);

11.3.3 emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019/2014);

11.3.4 realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;

11.3.5 realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da Lei nº 13.019/2014);

11.3.6 examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);

11.3.7 poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014);

11.3.8 poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019/2014); e

11.3.9 poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

11.4 Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente.

11.4.1 Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 63 do Decreto nº 8.726, de 2016).

11.5 A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o item 11.4, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

11.6 A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

11.7 A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

11.8 No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019/2014).

11.8.1. Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019/2014.

11.9 O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019/2014.

11.10 O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).

11.11 A pesquisa de satisfação, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

11.11.1 A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

11.12 Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

11.13 Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo federal.

11.13.1 Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Fomento poderá ser:

12.1.1 extinto por decurso de prazo;

12.1.2 extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

12.1.3 denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

12.1.4 rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

12.1.4.1 descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

12.1.4.2 irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

12.1.4.3 omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência

superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

12.1.4.4 violação da legislação aplicável;

12.1.4.5 cometimento de falhas reiteradas na execução;

12.1.4.6 malversação de recursos públicos;

12.1.4.7 constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

12.1.4.8 não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

12.1.4.9 descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);

12.1.4.10 paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

12.1.4.11 quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo ordenador da despesa; e

12.1.4.12 outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

12.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

12.3 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

12.4 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

12.5 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1 O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

12.6 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

12.7 Outras situações relativas à extinção da parceria não prevista na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Destrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

13.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das

receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

13.2 Se a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

14.1 Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

14.2 Os bens patrimoniais de que trata o caput deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública.

14.2.1 A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019/2014.

14.3 Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

14.4 Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

14.4.1 não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

14.4.2 o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

14.5 Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

14.6 A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

14.7 Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1 A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

15.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

15.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

15.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

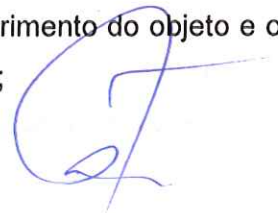
15.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

15.2.3 A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

15.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste termo de Fomento.

15.3 A prestação de contas relativa à execução deste termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

15.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



15.3.2 relatório de execução financeira deste termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

15.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

15.4.1 relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

15.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

15.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

15.6 Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

15.7 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:

15.7.1 os resultados já alcançados e seus benefícios;

15.7.2 os impactos econômicos ou sociais;

15.7.3 o grau de satisfação do público-alvo;

15.7.4 a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

15.8 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

16.1.1 advertência;

16.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

16.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 16.1.2.

16.2 As sanções estabelecidas nos incisos 16.1.2 e 16.1.3 são de competência exclusiva Secretário Estadual Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.3 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.3.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA DIVULGAÇÃO

17.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

19.1 Será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Manhuaçu (MG).

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Manhuaçu (MG), 18 de outubro de 2023

Ana Lúcia de Assis
Secretária Municipal de Saúde

Presidente
Hospital César Leite - HCL

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:



ATO JUSTIFICADOR DE NÃO REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
(art. 13, II da Lei Federal nº 13.019)
INEXIGIBILIDADE Nº 065/2023

Referência: Repasse ao Terceiro Setor

Base legal: Art. 31 e 32, da Lei Federal nº. 13019/14

Organização da Sociedade Civil/Proponente: HOSPITAL CÉSAR LEITE

CNPJ: 22.263.081/0001-55

Endereço: Pc. Dr. César Leite, nº 383, Centro – Manhuaçu

Objeto: Rede de Urgência e Emergência (RUE)

Valor total do repasse Federal/Municipal: R\$ 300.000,00

Período: Exercício de 2023

Tipo da Parceria: Termo de Fomento

Refere-se a presente justificativo à celebração de termo de fomento entre a Administração Pública Municipal e o Hospital César Leite, cujo objeto será pagamentos de plantão médicos para a Unidade de Urgência e Emergência.

Considerando a necessidade do Município em contribuir para a sustentabilidade da instituição.

Considerando a realidade administrativa e os recursos financeiros, humanos e estruturais disponíveis, não havendo servidores e departamentos específicos capazes de atender a demanda por esse tipo de atendimento.

Considerando que a organização social Hospital César Leite se propõe a fortalecer o atendimento aos pacientes.

Considerando o disposto na Emenda Impositiva, que autoriza a transferência de recursos financeiros destinados à celebração de parceria com o Hospital César Leite na forma do art. 31, II da Lei Federal nº 13.019/2014;

Com fulcro no art. 31, II da Lei Federal 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Fomento a ser firmado entre o Município de Manhuaçu/MG e o Hospital César Leite, cujo objeto é o repasse financeiro na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para subsidiar as despesas da entidade.

A organização acima referida visa, entre outros objetivos, oferecer melhores qualidades de vida aos pacientes e famílias.

O Município de Manhuaçu/MG pretende através do repasse à entidade contribuir para um oferecimento na cidade apoio aos pacientes e famílias.

Vislumbrando-se, portanto, que a parceria pretendida é incompatível com a realização de procedimento de seleção – chamamento público, com fundamento na Lei Federal n. 13.019/2014, que assim dispõe:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvencão prevista no Inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Assim, julgo que o caso em apreço se coaduna à hipótese de inexigibilidade de chamamento público, prevista no art. 31, II, da Lei Federal 13.019/2014.

Manhuaçu (MG), 23 de outubro de 2023

Ana Lígia de Assis Garcia
Secretária Municipal de Saúde



HOSPITAL CÉSAR LEITE

Praça Dr. César Leite, 383 - Centro - Manhuaçu - MG

PLANO DE TRABALHO 1/3

Cópia

DADOS CADASTRAIS

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE		
1.1 – NOME Hospital César Leite	1.2 – CNPJ 22.263.081/0001-55	
1.3 – ENDEREÇO Praça Dr. César Leite nº 383 – Bairro Centro	1.3 – TELEFONE 33-3339-6900	
1.5 – RESPONSÁVEL LEGAL Milton Martins de Oliveira	1.4 – FUNÇÃO Vice-Provedor	
1.7 – Nº. CART.DE IDENTIDADE M-3.273.001	1.5 – C.P.F. 427.564.646-00	1.9 – TELEFONE 33-3339-6900
1.10 – BANCO Caixa Econômica Federal	1.11 – CÓDIGO AGÊNCIA/DV 4259	1.12 – Nº. CONTA CORRENTE 601-1

2 – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA
2.1 – PROGRAMA Rede de Urgência e Emergência (RUE)
2.2 – TIPO DE ATENDIMENTO: Atendimento Médico Hospitalar
2.3 – OBJETIVOS: Esta proposta tem como objetivo o Fortalecimento Regional da Rede de Urgência e Emergência (RUE), como Hospital Geral de Urgência Nível II, Região Ampliada de Saúde Leste do Sul, conforme estimativa de custos destinados aos municípios no período compreendido entre outubro/2023 e janeiro de 2024.
2.4 – JUSTIFICATIVA: Justifica-se pela necessidade de um conjunto de ações e iniciativas para o fortalecimento do atendimento aos pacientes, melhora da qualidade, eficiência e humanização do atendimento, garantindo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) o acesso aos serviços de urgência e emergência no município de Manhuaçu, conforme Estimativa de Custos.
2.5 - METAS As metas a serem atingidas são qualitativas, cujo cumprimento é verificado na avaliação dos resultados pactuados, garantindo o funcionamento do serviço de Urgência/Emergência do HCL funcionando 7 dias por semana durante 24 horas por dia, mantendo cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento.

3 – AUTENTICAÇÃO	
3.1 – LOCAL E DATA Manhuaçu, 04 de outubro de 2023.	
3.2 – NOME DO RESPONSÁVEL Milton Martins de Oliveira	3.3 – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Recebido
04/10/23
J. Soares

Milton Martins de Oliveira
Vice Provedor
Hospital César Leite



HOSPITAL CÉSAR LEITE

Praça Dr. César Leite, 383 - Centro - Manhuaçu - MG

PLANO DE TRABALHO 2/3

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

1 - NOME DA ENTIDADE Hospital César Leite	2 - CNPJ 22.263.081/0001-55
3 - PROGRAMA/PROJETO Rede de Urgência e Emergência (RUE).	4 - EXERCÍCIO 2023/2024

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
5.1. CONCEDENTE					
JANEIRO/23	FEVEREIRO/23	MARÇO/23	ABRIL/23	MAIO/23	JUNHO/23
TOTAL DE RECURSOS PARA O 1º SEMESTRE/2022: R\$ 0,00					
JULHO/23	AGOSTO/23	SETEMBRO/23	OUTUBRO/23	NOVEMBRO/23	DEZEMBRO/23
			R\$ 300.000,00		
TOTAL DE RECURSOS PARA O 2º SEMESTRE/2023: R\$ 300.000,00					
JANEIRO/24	FEVEREIRO/24	MARÇO/24	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
TOTAL DE RECURSOS PARA O 1º SEMESTRE/2024:					
PREVISÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: A PARTIR DA DATA DE RECEBIMENTO DO RECURSO.					
DURAÇÃO: 10/2023 a 01/2024					
TOTAL DE RECURSOS DO CONCEDENTE: 300.000,00					
5.2. PROPONENTE (CONTRAPARTIDA) (Em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXX)					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
TOTAL DE RECURSOS PARA O 1º SEMESTRE					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
TOTAL DE RECURSOS PARA O 2º SEMESTRE					
TOTAL DE RECURSOS DO PROPONENTE					
TOTAL DE RECURSOS DO PROJETO/ATIVIDADE					
6 - AUTENTICAÇÃO					
6.1 - LOCAL E DATA Manhuaçu, 04 de outubro de 2023.					
6.2 - NOME DO RESPONSÁVEL Milton Martins de Oliveira			6.3 - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL		

Milton Martins de Oliveira
Vice Provedor
Hospital César Leite



HOSPITAL CÉSAR LEITE

Praça Dr. César Leite, 383 - Centro - Manhuaçu - MG

PLANO DE TRABALHO 3/3

DIMENSIONAMENTO FÍSICO - FINANCEIRO

1 - NOME DA ENTIDADE Hospital César Leite		2 - CNPJ 22.263.081/0001-55			
2 - PROGRAMA/PROJETO Rede de Urgência e Emergência (RUE).		3 - EXERCÍCIO 2023/2024			
5 - AÇÃO A SER EXECUTADA					
6 - PERÍODO DE EXECUÇÃO DA AÇÃO Outubro/23 a Janeiro/24		7 - INÍCIO Outubro/2023	8 - TÉRMINO Janeiro/2024		
9 - CATEGORIA(S) DE CUSTO(S) NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA AÇÃO					
9.1 NÚMERO DE ORDEM	9.2 - IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS	9.3 UNID. DE MEDIDA	9.4 QUANT.	9.5 - ESTIMATIVA DE CUSTO	
	Parcela única	Unid.		9.5.1 VALOR UNIT.	9.5.2 VALOR TOTAL
				300.000,00	300.000,00
10 - VALOR TOTAL DA AÇÃO					

11 - AUTENTICAÇÃO	
11.1 - LOCAL E DATA Manhuaçu, 04 de outubro de 2023	
11.2 - NOME DO RESPONSÁVEL Milton Martins de Oliveira	11.3 - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Emendas Impositivas da Câmara Municipal de Manhuaçu

Vereadores:

Antônio Carlos Dutra (Antônio da Margarida)

Eleonora Maira Moreira Justiniano

Milton Martins de Oliveira
Vice Provedor
Hospital César Leite



HOSPITAL CÉSAR LEITE

Praça Dr. César Leite, 383 - Centro - Manhuaçu - MG

Ofício: 108/2024

Serviço: Provedoria

Assunto: Encaminhamento

Em: 10 de abril de 2024

Prezado (a) Senhor (a),

HOSPITAL CÉSAR LEITE, inscrito no CNPJ sob o número 22.263.081/0001-55, situado na Praça Dr. César Leite, 383, Centro, Manhuaçu (MG), CEP: 36.900-073 neste ato representado por seu Vice Provedor Emerson Lessa de Carvalho, inscrito no CPF sob o nº. 974.450.376-91, vem respeitosamente, encaminhar em anexo documentação das seguintes prestações de contas descritas na tabela abaixo:

TERMO DE FOMENTO – SMS – 02/2023	R\$ 400.000,00
TERMO Nº. 065/2023	R\$ 300.000,00

Sem outro particular para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

CORDIALMENTE,

Emerson Lessa de Carvalho
– Vice Provedor –

À
Prefeitura Municipal de Manhuaçu
Manhuaçu/MG


PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU


ANEXO II


EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

1 - EXECUTOR HOSPITAL CÉSAR LEITE		2 - TERMO Nº 065	
3 - RECEITA VALORES RECEBIDOS, INCLUSIVE RENDIMENTOS (DISCRIMINAR) R\$ 300.000,00		4 - DESPESA DESPESA REALIZADA, CONFORME RELAÇÃO DE PAGAMENTOS E SALDO (RECOLHIDO/A RECOLHER) R\$ 300.000,00	
5 - TOTAL R\$ 300.000,00		6 - TOTAL R\$300.000,00	

7 - AUTENTICAÇÃO	
7.1 - LOCAL E DATA Manhuaçu (MG), 08 de Abril de 2024	
7.2 - NOME DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO MILTON MARTINS DE OLIVEIRA	7.3 - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL


Emerson Lessa de Carvalho
 Vice-Provedor
 Hospital César Leite


Luciene Alves de Souza
 Comandante
 22/04/24


Fernanda Roberto
 Contábil e Convênios
 Hospital César Leite

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

ANEXO III

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

1 - RECURSOS	2 - UNIDADE EXECUTORA	3 - TERMO Nº
1- CONCEDENTE	HOSPITAL CÉSAR LEITE	065
2- EXECUTOR		
3- OUTROS		


4- REC.	5- ITEM	6-CREDOR	7-CNPJ/CPF	8-T DOC	9-Nº DO DOC	10-DATA DO DOC	11-FORMA PGTO	12-DATA PGTO	13-VALOR
1	001	GMS CLINICA MEDICA LTDA	03.854.384/0001-06	NF	0000043	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 8.346,00
1	002	KAMILA A. DE SOUZA VERAS CLINICA MEDICA	46.899.766/0001-50	NF	2023019	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 10.272,00
1	003	MARCELA LIMA HERINGER MONTEIRO	45.355.320/0001-00	NF	2023015	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 3.852,00
1	004	MENTE ATIVA CLIN. DE CUIDADOS EM SAUDE	37.811.863/0001-59	NF	2023149	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 11.556,00
1	005	LUIZA GOMES SANTIAGO LTDA	44.049.342/0001-71	NF	2023031	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 8.988,00
1	006	CAMPOS RIBEIRO CLINICA MEDICA LTDA	49.475.711/0001-01	NF	2023043	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 2.568,00
1	007	JORDANA MOREIRA LEITAO LINS	51.022.255/0001-96	NF	2023007	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 23.754,00
1	008	DANILO ROMERO PRATA	41.806.476/0001-00	NF	2023103	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 5.778,00
1	009	ANDRESSA M. BITTENCOURT DE OLIVEIRA	45.239.962/0001-36	NF	2023034	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 2.568,00
1	010	CONS. MED. E ODONTO. ABREU E BASILE LTDA	24.933.382/0001-74	NF	2023064	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 5.136,00
1	011	HUGO DE ALMEIDA FABRI EIRELI - ME	28.845.326/0001-39	NF	0000131	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 10.914,00
1	012	MONTE SERVIÇOS MEDICOS LTDA	39.474.414/0001-98	NF	2023015	20/12/2023	TED	28/12/2023	- 7.704,00
1	013	A R MANEGHETTE	32.409.399/0001-55	NF	2023114	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 7.704,00
1	014	LUCIO MENDES JR. SERVIÇOS MEDICOS EIRELI	39.323.805/0001-01	NF	2023123	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 8.435,24
1	015	RODRIGUES E SOBREIRA CLINICA MEDICA LTDA	29.625.292/0001-30	NF	0000421	21/12/2023	TED	28/12/2023	- 15.062,93
14-TOTAL									132.638,17

15 - AUTENTICAÇÃO

15.1 - LOCAL E DATA
Manhuaçu (MG), 08 de Abril de 2024

15.2 - NOME DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
MILTON MARTINS DE OLIVEIRA

15.3 - ASSINATURAS DO RESPONSÁVEL


Fernando Roberto
Contábil e Contábil
Hospital César Leite


Luciano
Contábil
72731998


Emerson Lessa de Carvalho
Vice-Providor
Hospital César Leite

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

ANEXO III

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

1 - RECURSOS 4- CONCEDENTE 5- EXECUTOR 6- OUTROS	2 - UNIDADE EXECUTORA HOSPITAL CÉSAR LEITE	3 - TERMO Nº 065
---	---	---------------------

4- REC. ITEM	5- ITEM	6-CREDOR	7-CNPJ/CPF	8-T DOC	9-Nº DO DOC	10-DATA DO DOC	11-FORMA PGTO	12-DATA PGTO	13-VALOR
1	016	DRA. VERONICA GARDINGO SERV. MED. LTDA	40.053.150/0001-88	NF	2023212	21/12/2023	TED	28/12/2023	2.410,07
1	017	RENATA EMERICK SERVIÇOS MEDICOS LTDA	48.277.415/0001-33	NF	2023138	21/12/2023	TED	28/12/2023	5.778,00
1	018	ISABELA PEREIRA S. IPS SERVIÇOS MEDICOS	49.151.170/0001-66	NF	2023018	20/12/2023	TED	28/12/2023	19.902,00
1	019	INTEGRAL MENDES SERVIÇOS LTDA	49.523.007/0001-87	NF	2023055	22/12/2023	TED	28/12/2023	18.678,03
1	020	MARCIA MENDES SERVIÇOS MEDICOS LTDA	30.272.792/0001-14	NF	2023084	22/12/2023	TED	28/12/2023	1.807,55
1	021	PIRES MEDICAL SERVICE LTDA	37.074.047/0001-00	NF	2023036	26/12/2023	TED	28/12/2023	11.566,00
1	022	PIRES E TOLEDO LTDA	09.111.979/0001-40	NF	2023960	27/12/2023	TED	28/12/2023	6.000,00
1	023	AMANDA PATRICIA LEITE PAIVA	31.567.836/0001-04	NF	2023169	19/12/2023	TED	28/12/2023	5.294,88
1	024	CLINICA MEDICA NAGEM LTDA	38.006.234/0001-19	NF	2023062	19/12/2023	TED	28/12/2023	3.529,92
1	025	CLINICA MEDICA MONTES E LACERDA E LTDA	12.531.423/0001-17	NF	2301103	20/12/2023	TED	28/12/2023	7.059,84
1	026	MEDICINA SANTA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	27.571.749/0001-45	NF	2023138	19/12/2023	TED	28/12/2023	13.251,31
1	027	RAELE E RAELE	23.312.595/0001-16	NF	2301105	21/12/2023	TED	28/12/2023	32.651,76
1	028	ORTHOFACE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA	26.962.168/0001-71	NF	2023114	18/12/2023	TED	28/12/2023	4.000,00
1	029	INSTITUTO DENTOFACIAL OLIVEIRA LTDA	37.802.525/0001-50	NF	2023073	18/12/2023	TED	28/12/2023	4.000,00
1	030	CONS. MED. DRA. BRUNA E DR. VICTOR LTDA	37.931.324/0001-53	NF	0000168	26/12/2023	TED	28/12/2023	4.969,25
14-TOTAL									140.888,61

15 - AUTENTICAÇÃO

15.1 - LOCAL E DATA
Manhuaçu (MG), 08 de Abril de 2024

15.2 - NOME DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
MILTON MARTINS DE OLIVEIRA

15.3 - ASSINATURAS DO RESPONSÁVEL

Fernanda Roberto
Contratos e Convênios
Hospital César Leite

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Emerson Lessa de Carvalho
Vice-Providor
Hospital César Leite

ANEXO III

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

1 - RECURSOS 7- CONCEDENTE 8- EXECUTOR 9- OUTROS	2 - UNIDADE EXECUTORA HOSPITAL CÉSAR LEITE	3 - TERMO Nº 065
---	---	---------------------

4- REC.	5- ITEM	6-CREDOR	7-CNPJ/CPF	8- T DOC	9-Nº DO DOC	10-DATA DO DOC	11-FORMA PGTO	12-DATA PGTO	13-VALOR
1	031	CLINICA MEDICA DR. GUSTAVO CALDEIRA LTDA	49.145.987/0001-21	NF	0000036	21/12/2023	TED	28/12/2023	4.217,62
1	032	VASCULARIN LTDA - ME	27.472.031/0001-00	NF	2023038	21/12/2023	TED	02/01/2024	3.615,10
1	033	BRANDAO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	41.212.542/0001-05	NF	2023018	21/12/2023	TED	03/01/2024	15.062,92
1	034	W. V SAUDE LTDA	47.097.807/0001-58	NF	0000007	26/02/2024	TED	11/03/2024	3.577,58
14-TOTAL									26.473,22
TOTAL									300.000,00


15 - AUTENTICAÇÃO

15.1 - LOCAL E DATA
Manhuaçu (MG), 08 de Abril de 2024

15.2 - NOME DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
MILTON MARTINS DE OLIVEIRA

15.3 - ASSINATURAS DO RESPONSÁVEL


Fernanda Roberto
Contábil e Comércios
Hospital César Leite




MILTON MARTINS DE OLIVEIRA
Contábil
7271975


Emerson Lessa de Carvalho
Vice-Providor
Hospital César Leite

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU
ANEXO IV

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

1- Termo 065	2 - UNIDADE EXECUTORA HOSPITAL CÉSAR LEITE			3 - PERÍODO
4 - FONTE DO RECURSO		5 - AGENTE FINANCEIRO	6 - AGÊNCIA	7 - CONTA BANCÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU		CEF	4259	900782-7
8- ITEM	9 - HISTÓRICO			10 - VALOR (R\$)
8.1	Saldo bancário em conforme EXTRATO BANCÁRIO anexo 31/03/2024			0,00
8.2	Menos valores das ordens bancárias, dos saques, dos pagamentos e/ou cheques emitidos no período e não DEBITADOS , conforme discriminação nominal no quadro abaixo.....			
8.3	Outros lançamentos contabilizados e não constantes do Extrato Bancário: • Débito (-). • Crédito (+).			
8.4	Lançamentos constantes do Extrato Bancário e não contabilizados.....			
8.5	Saldo do Demonstrativo da Execução Financeira em			
11 - DOCUMENTOS EMITIDOS E NÃO COMPENSADOS NO PERÍODO				
12- DOCUMENTO	13-Nº.	14-DATA	15-FAVORECIDO	16-VALOR
OBSERVAÇÕES:				
1 - O valor da CONTA CONCILIADA deve coincidir com o saldo constante do "anexo II "EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA".				
2 - Os lançamentos dos itens 03 e 04 deverão ser explicitados detalhadamente no verso deste documento.				

17- AUTENTICAÇÃO	
17.1 – LOCAL E DATA Manhuaçu (MG), 08 de Abril de 2024	
17.2 – NOME DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO MILTON MARTINS DE OLIVEIRA	17.3 – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  Emerson Lessa de Carvalho Vice-Provedor Hospital César Leite
17.4 – NOME DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO MILTON MARTINS DE OLIVEIRA	17.5 – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO  Emerson Lessa de Carvalho Vice-Provedor Hospital César Leite


Fernanda Roberto
Contratos e Convênios
Hospital César Leite


Emerson Lessa de Carvalho
Condição
7/3/2024